

PROCEDIMENTO PRELIMINAR

ACORDO DE CONDUTA PESSOAL E PROFISSIONAL

A Comissão de Ética do (a), no uso de suas competências conferidas pela Resolução da Comissão de Ética Pública nº 10, de 29 de setembro de 2008, resolve propor o presente Acordo de Conduta Pessoal e Profissional.

Uma vez formalizado o presente compromisso, a Comissão de Ética do(a)..... não poderá converter o Procedimento Preliminar em Processo de Apuração Ética.

DA REPRESENTAÇÃO OU DENÚNCIA

Por meio do(a)....., datado de, assinado pelo(a)ocupante do cargo/função....., esta Comissão de Ética do(a) teve conhecimento de fato ou conduta em eventual desacordo com as normas éticas, assim descrito atribuídas ao servidor público(a)....., SIAPE....., RG nº....., CPF nº....., ocupante do cargo ou função do quadro do órgão/entidade....., exercendo atividades profissionais no cargo ou função de..... no órgão/entidade....., residente na, cidade....., CEP....., UF.....

DO PROCEDIMENTO PRELIMINAR

Acolhida a demanda em juízo de admissibilidade, esta Comissão deliberou pela instauração do Procedimento Preliminar que recebeu o nº

Para a respectiva apuração, esta Comissão realizou diligências para a

coleta de provas documentais e solicitou a manifestação do investigado.

O relatório proferido indicou a suposta ocorrência de fato ou conduta ética descrita acima, a qual encontra-se em desacordo com normas éticas previstas no(a).....

Assim, na forma do disposto no art. 12, I, “e”, registrou-se a determinação de propor o presente Acordo de Conduta Pessoal e Profissional.

DOS COMPROMISSOS ACORDADOS

O servidor denunciado, doravante denominado de compromissário, aos.....dias do mês de..... de.....compareceu perante a representação desta Comissão de Ética do(a), instalada no(a)....., endereço....., cidade....., CEP....., UF....., para celebrar o presente Acordo de Conduta Pessoal e Profissional, constituído das seguintes cláusulas:

1ª - O compromissário declara ter ciência da inadequação da conduta denunciada, que ensejou a instauração do Procedimento Preliminar de nº.....;

2ª - O compromissário afirma que vai fazer leitura detalhada das normas que estabelecem limites éticos ao servidor público federal, notadamente naqueles aspectos que se referem à.....;

3ª - O compromissário se compromete, a partir deste momento, em situação semelhante, atuar seguindo o padrão ético exigido ao servidor público e, em caso de dúvida, buscar aconselhamento dos superiores hierárquicos e da Comissão de Ética do(a).....;

4ª - O Compromissário declara conhecer que a lavratura deste Acordo de Conduta Pessoal e Profissional implicará no sobrestamento do Procedimento Preliminar por (FIXAR PRAZO, RESPEITANDO O LIMITE DE DOIS ANOS), na forma do artigo 23, § 5º, da Resolução nº 10, da Comissão de Ética Pública;

5ª - O compromissário tem ciência que o descumprimento do presente Acordo de Conduta Pessoal e Profissional implicará na imediata conversão do Procedimento Preliminar em Processo de Apuração Ética;

6ª - Esta Comissão de Ética do(a)..... designa o integrante, para supervisionar e acompanhar o cumprimento deste Acordo de Conduta Pessoal e Profissional.

7ª - O compromissário deve respeitar todos os artigos que dizem respeito aos valores éticos, incluindo os previstos no código de ética. Não deve haver nenhum desvio ético.

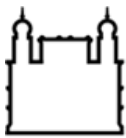
(outros compromissos)

Representando instrumento de livre manifestação de vontade, é facultado ao compromissário não assinar o presente termo, estando ciente, no entanto, que assim procedendo, poderá responder às denúncias que lhe são imputadas em Processo de Apuração Ética.

.....
Representante da Comissão de Ética

.....
Compromissário

(LOCAL), (DIA) de (MÊS)de (ANO).



DESPACHO HOMOLOGATÓRIO

Em reunião realizada aos dias do mês..... de....., a Comissão de Ética do(a)..... homologou o presente Acordo de Conduta Pessoal e Profissional.

..... de..... de (ANO)

.....

Comissão de Ética